

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

PROJETO PEDAGÓGICO



CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO

Aprovado em ____ de ____ de 2026

Alexandre Oliveira Cantanhede Lago
General de Divisão Alexandre Oliveira CANTANHEDE Lago
Comandante da Escola Superior de Guerra

SUMÁRIO

• SÍNTESE HISTÓRICA	01
○ APRESENTAÇÃO	01
○ METODOLOGIA DE ENSINO DA ESG	02
○ ASPECTOS NORMATIVOS	05
• APRESENTAÇÃO DO CURSO	06
○ OBJETIVO GERAL	06
○ DIRETRIZES GERAIS	06
○ QUADRO GERAL DE CARGA HORÁRIA	09
• APÊNDICE AI ESTRUTURA CURRICULAR	10
○ ESTRUTURA CURRICULAR DO CEMC	11
• APÊNDICE AII CRONOGRAMA DE ESTUDOS	12
○ CRONOGRAMA DE ESTUDOS CEMC	13
• APÊNDICE AIII PLANO DE DISCIPLINAS	16
○ PLANO DE DISCIPLINA CEMC	17

SÍNTESE HISTÓRICA

APRESENTAÇÃO

A Escola Superior de Guerra (ESG), criada pela Lei nº 785/49, é um Instituto de Altos Estudos de Política, Estratégia e Defesa, integrante da estrutura do Ministério da Defesa, e destina-se a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e assessoramento superior na Administração Pública e para o planejamento da segurança e da defesa Nacionais, nela incluídos os aspectos relativos ao desenvolvimento nacional.

A ESG funciona como Instituição de Ensino Superior, atuando como centro de permanente de estudos, de pesquisas e de desenvolvimento e capacitação de recursos humanos sobre pensamento de defesa.

A Escola planeja, coordena e desenvolve os cursos instituídos pelo Ministro de Estado da Defesa e atua, na organização do debate entre as lideranças civis e militares a respeito das questões da defesa, contribuindo para aumentar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos da defesa nacional.

Na organização dos cursos são considerados os seguintes princípios:

- ✓ a relação indissociável entre ensino e pesquisa;
- ✓ a transdisciplinaridade do conhecimento;
- ✓ o pensamento crítico e abrangente;
- ✓ o pluralismo de ideias;
- ✓ a integração entre diferentes órgãos da Administração Pública;
- ✓ a interação entre civis e militares;
- ✓ a correlação e a integração dos estudos individuais;
- ✓ a valorização da experiência do estagiário;
- ✓ a compreensão da conjuntura nacional e internacional;
- ✓ a promoção do assessoramento de alto nível; e
- ✓ a garantia do padrão de qualidade.

Para tanto, promove estudos e pesquisas, compreendendo o ensino, a extensão e o intercâmbio de conhecimentos, por meio de Cursos, Simpósios, Ciclos de Estudo, dentre outras atividades acadêmicas.

As atividades de estudo e ensino desenvolvidas são coordenadas e conduzidas pelo Departamento de Estudos, a quem cabe, ainda, desenvolver outras atividades finalísticas por intermédio dos Institutos e Centros integrantes da estrutura regimental da ESG.

As suas diretrizes pedagógicas, centradas em valores humanos e sociais, promovem estudos integrados e participativos, de natureza exclusivamente acadêmica. Com foco na melhoria contínua, aperfeiçoa constantemente suas atividades pedagógico-institucionais.

A ESG desenvolve as suas atividades na Fortaleza de São João – Av. João Luiz Alves, s/nº - Urca, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22291-090. Mais esclarecimentos podem ser obtidos por meio dos tel. (21) 3545-9869, (21) 3545-9889 ou pela navegação na página oficial da ESG na internet www.esg.br, onde estão disponíveis informações sobre o histórico da Escola, seus diversos cursos e demais atividades desenvolvidas.

METODOLOGIA DE ENSINO DA ESG

A metodologia de ensino da ESG busca propiciar, para todos os cursos, fundamentação teórica, compreensão de conjunturas em uma abordagem sistêmica e domínio de instrumento para análise coletiva da realidade, com vista à elaboração de políticas e estratégias de ação e à sistematização coletiva e individual de conhecimentos. Os matriculados na ESG são denominados como estagiários, visando estimular a perspectiva de aplicação e vivência dos conhecimentos adquiridos durante os diversos cursos por eles realizados.

Na ESG, o aporte teórico relevante das áreas de conhecimento é abordado evitando-se a adoção de verdades absolutas, sendo apresentadas múltiplas e diferentes visões sobre os assuntos tratados, de modo a incentivar o debate e o pensamento crítico e abrangente. São também propostas atividades de estudos e pesquisa de modo a ampliar a compreensão da realidade nacional e internacional.

- **A relação indissociável entre ensino e pesquisa.**

A pesquisa é responsabilidade inerente daquele que ensina, sendo uma oportunidade para o professor-pesquisador se manter em contínuo desenvolvimento quanto ao conteúdo, aos métodos de pesquisa e à compreensão da realidade. Por essa razão, a ESG valoriza o desenvolvimento permanente dos seus integrantes, assim como apoia e incentiva as iniciativas de autodesenvolvimento e a participação dos mesmos em eventos acadêmico-científicos, em grupos de pesquisa e em todas as atividades que favoreçam a capilarização dos conhecimentos construídos, contribuindo para as atividades docentes junto aos estagiários dos cursos.

- **O conhecimento é inter e transdisciplinar.**

Altos estudos envolvem a capacidade de discernir o contexto, o global, o multidimensional e a interação complexa dos elementos (MORIN, 2000). A estruturação curricular da ESG busca uma organização do conhecimento como uma teia ou rede orgânica de acesso livre. O recorte teórico dos conhecimentos busca ultrapassar as barreiras tradicionais dos conteúdos disciplinares visando, não “o domínio sobre várias outras disciplinas, mas a abertura de todas elas àquilo que as atravessa e as ultrapassa (...)” (UNESCO, 1994).

O pensamento complexo é também incentivado nas atividades de interpretação, análise, crítica e planejamento estratégico de macro contextos desenvolvidos nos cursos, por meio dos trabalhos, em grupo e individuais, com temas transversais que objetivam articular a contribuição das diversas áreas para integrar e aprofundar os conhecimentos estudados.

- **O conhecimento, como bem cultural imaterial, é construído, reconstruído e interpretado social e coletivamente. Os saberes culturais são apropriados e transformados a partir da atividade mediada.**

A ESG adota, em sua prática didático-pedagógica, a base teórica sociointeracionista, considerando que as funções ou processos mentais superiores e tipicamente humanos têm origem social (VYGOTSKY, 1992). A construção de conhecimento e a aprendizagem humana acontecem fundamentalmente pelos processos de interação e mediação nas relações entre o indivíduo e o mundo exterior, num processo histórico e social. Por essa razão, todos os cursos da ESG promovem atividades de estudos

em grupo (pesquisa, análise e sistematização de conhecimentos conjunta), primando pela oportunidade de troca de experiências, de intercâmbio de informações e de diferentes visões de mundo. O corpo docente da ESG assume o papel de mediação no processo de interlocução das atividades realizadas, atuando de forma interdisciplinar. Dessa forma, as atividades de estudos são estruturadas de modo a propiciar:

- compreensão do Poder Nacional;
- conhecimentos teóricos básicos;
- análise de conjunturas, por meio de exposições de conferencistas ilustres, como autoridades acadêmicas e governamentais em diversas esferas, e representantes de inúmeras instituições;
- compreensão *in loco* das questões centrais abordadas em cada curso, realizada por meio de viagens e visitas de estudo; e
- sistematização de conhecimentos por meio de trabalho final de curso como forma de sistematizar os saberes construídos socialmente.

As palestras e conferências são preferencialmente precedidas por estudo prévio de material teórico de referência no assunto, indicado pelas Divisões de Estudo. Os fundamentos teóricos são seguidos de análises conjunturais que permitem a integração da teoria com a prática e com a realidade, seja por meio de debates, discussões dirigidas, trabalhos em grupo, estudos individuais, visitas ou viagens.

A prática avaliativa adotada objetiva acompanhar o processo de produção intelectual dos estagiários a partir dos objetivos propostos e dos critérios estabelecidos em cada curso. Um dos princípios norteadores da prática avaliativa na ESG é o acompanhamento da produção coletiva e individual, buscando uma análise global e transdisciplinar, tendo em vista que os trabalhos são elaborados como uma articulação dos conhecimentos trabalhados nas diferentes fases de cada curso.

Os procedimentos avaliativos e as condições de aprovação estão pautados em documentos e orientações normativas da ESG. Os registros avaliativos acontecem na forma de conceitos, sem o objetivo de classificação entre os estagiários, de modo a fomentar a apreciação das produções por parte dos avaliadores e reorientá-las, se for o caso.

A avaliação do ensino é realizada por meio da contribuição dos estagiários que analisam as atividades curriculares, em consonância com o objetivo das disciplinas, bem como os responsáveis por estas atividades.

Deste modo, diante de um contexto global marcado por desafios multifacetados, que exigem uma abordagem interdisciplinar e crítica, a ESG se propõe a oferecer uma educação que não apenas transfira conhecimentos, mas que desenvolva o pensamento estratégico, a liderança e a capacidade de atuação em ambientes dinâmicos e desafiadores.

O presente Projeto Pedagógico busca consolidar os esforços educacionais e administrativos, alinhando as práticas pedagógicas às diretrizes estratégicas de defesa e desenvolvimento do Brasil, promovendo a excelência acadêmica e a formação integral.

ASPECTOS NORMATIVOS

Em consonância com os documentos normativos pertinentes, anualmente é publicada a Diretriz para o Planejamento e a Execução das Atividades de Estudo, Pesquisa, Ensino, Pós-Graduação, Extensão e Processo Seletivo dos Cursos da Escola Superior de Guerra (ESG) e da Escola Superior de Defesa (ESD). Para o ano letivo de 2026, a referida diretriz está aprovada pela Portaria AED-MD Nº 48, de 06 de janeiro de 2026.

A partir deste documento e, conforme as competências estabelecidas no Regimento Interno da ESG, são desenvolvidos, pelos Setores responsáveis, os processos de capacitação que propiciam o cumprimento da missão institucional da ESG.

APRESENTAÇÃO DO CURSO

DURAÇÃO: 03 SEMANAS EAD E 12 SEMANAS PRESENCIAIS

CARGA HORÁRIA TOTAL: 493 H/A

1 OBJETIVO GERAL

O CEMC é voltado a militares das Forças Armadas e de países parceiros e tem a finalidade de qualificar para atuar em Estados-Maiores Conjuntos, em atividades de planejamento político-estratégico e operacional, além de capacitar para funções de instrutoria.

2 DIRETRIZES GERAIS

2.1 Estruturação

Para a consecução do objetivo geral do curso, haverá um período não presencial, realizado em ambiente virtual de aprendizagem. Esse período terá a duração de 3 (três) semanas e será realizada de 09 a 27 de março, com previsão de 3 h/a por dia, de 2ª a 6ª feira.

O período presencial será desenvolvido ao longo de 12 (doze) semanas sendo realizada de 06 de abril a 26 de junho, distribuída em 3 (três) disciplinas. Esta estrutura curricular pretende conduzir o estagiário para uma aplicação prática do conteúdo programático, o qual contemplará assuntos ligados ao conhecimento sobre o planejamento e o emprego de forças em um Comando Conjunto.

Para o cômputo da carga horária presencial são considerados 8 (oito) tempos diários, sendo 5 (cinco) pela manhã e 3 (três) à tarde, de 2ª a 5ª feira e 5 (cinco) pela manhã às 6ª feiras. Estão destinadas 86 h/a para as atividades complementares, das quais 33h/a para Estudos e Pesquisas Individuais (EPI), podendo ser designadas para outras atividades acadêmicas e 08 h/a para Atividades e Estudos Complementares (AEC), visando ao desenvolvimento de conhecimentos complementares ou de assuntos da atualidade, além das horas destinadas as medidas administrativas.

Para assuntos específicos e que demandem especialistas, será buscado o apoio de outras organizações, por meio de Pedidos de Cooperação de Ensino (PCE) e de outros instrumentos.

Considerando o disposto na Portaria Normativa Interministerial MD/MEC nº 3.867, de 14 de julho de 2022 e na Resolução CES/CNE nº-4, de 16 de julho de 2021, o

curso é equivalente aos cursos de pós-graduação lato sensu de especialização, conforme definido na Resolução nº 1 CNE/CES, de 6 de abril de 2018, da Câmara de Educação Superior do MEC, alterada em seu art. 11 pela Resolução nº 4/CNE/CES, de 16 de julho de 2021.

O curso possui uma carga horária de 416 h/a destinadas às Atividades de Estudo e 77h/a destinadas às Atividades Complementares, possuindo carga horária total de 493 h/a. Sua Estrutura Curricular está detalhada no **Apêndice A-I** e o Cronograma de Estudos no **Apêndice A-II**.

2.2 Atividades Complementares aos Estudos

Estão previstas atividades que se relacionam, direta ou indiretamente, a uma determinada disciplina do Curso. Tais atividades englobam as relacionadas:

- ao preparo e emprego das Forças Armadas;
- à doutrina de preparo e emprego conjunto das Forças Armadas;
- às Operações Conjuntas atuais; e
- Estudos Interdisciplinares de Campo (EIC): será realizado 1 (um) EIC a Brasília, por um período de até 8 dias, sendo visitadas instituições que complementem o conteúdo programático.

O EIC é vinculado às disciplinas do Curso; constitui um dos meios de aprendizagem mais eficazes e concorre para o enriquecimento do conteúdo programático, uma vez que propicia o conhecimento de organizações militares e civis de interesse da Defesa Nacional, com ênfase no emprego conjunto das Forças Armadas. Essas permitem um maior aprofundamento das respectivas atividades de planejamento estratégico e de emprego conjunto das forças e o fracionamento dos grupos para diferentes atividades ao mesmo tempo.

Em consequência, poderão, a critério do Diretor do Curso, ser destinados tempos para trabalho em grupo durante o EIC, de modo a consolidar os conhecimentos obtidos bem como ser solicitado um relatório aos diversos grupos de trabalho.

2.3 Avaliação

Será acompanhada a participação dos estagiários em todas as atividades do curso, seja em sala de aula ou durante o EIC.

2.3.1 Avaliação da Aprendizagem

Os procedimentos avaliativos estão pautados em documentos e orientações normativos próprias.

A avaliação é expressa em conceitos, com base no registro avaliativo de acordo com a tabela abaixo. O conceito será registrado no histórico escolar.

REGISTRO AVALIATIVO	CONCEITO	RESULTADO	SITUAÇÃO DO ESTAGIÁRIO
10.0 – 9.0	A	Excelente	Aprovado
8.9 – 8.0	B	Muito Bom	
7.9 – 7.0	C	Bom	
Abaixo de 7.0	D	Insuficiente	A ser apreciada pelo Diretor de Ensino, ouvido o Conselho de Ensino.

2.3.1.1 Da Disciplina

Haverá avaliação da aprendizagem dos estagiários, em todas as disciplinas, sendo utilizados diferentes instrumentos/técnicas neste processo.

A avaliação poderá ser desenvolvida individualmente, em duplas ou em grupos maiores.

2.3.1.2 Do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

Será desenvolvido um Projeto Interdisciplinar em grupo pelos estagiários como TCC. Sua execução está estabelecida em documentos específicos.

2.3.2 Avaliação do Ensino

É realizada a partir de informações coletadas em Fichas de Avaliação preenchidas pelos estagiários, visando identificar e analisar os aspectos positivos e as oportunidades de melhoria no que tange à proposta curricular, ao desenvolvimento do curso e ao desempenho dos integrantes da ESG, bem como os convidados ligados às atividades de ensino (conferencistas).

2.4 Frequência às Atividades

A frequência às atividades programadas, acadêmicas e outras, é obrigatória. Os critérios relativos ao controle da frequência, motivo da falta, cancelamento da matrícula e desligamento do curso estão definidos em Orientação Normativa própria. Os estagiários

devem comparecer a todas as atividades programadas, para participarem dos debates acadêmicos, considerando a oportunidade de contribuírem com seus conhecimentos profissionais para o desenvolvimento dos temas abordados.

O comparecimento dos Estagiários das nações amigas às Atividades Complementares e determinadas atividades de estudo ficará a cargo do Diretor do Curso.

QUADRO GERAL DE CARGA HORÁRIA

Atividade	Carga horária (h/a)
Estudos	416
Complementar	77
Carga horária total	485

Apêndices:

A - I – Estrutura Curricular

A - II – Cronograma de Estudos

A - III – Plano de Disciplinas

APÊNDICE AI

ESTRUTURA CURRICULAR

DISCIPLINAS	UNIDADE DE ESTUDO		C H	FASE	DIVISÃO	CH	Coordenador
							de Disciplina
(I) PODER NACIONAL	1	Poder Nacional	1	BÁSICA	DAM (EAD)	9	DAM
	2	Política Nacional	1		DAM (EAD)		
	3	Estratégia Nacional	1		DAM (EAD)		
	4	Expressões do Poder Nacional	6		DAM/ DAP/ DAPS/ DAE/ DACTEC (EAD)		
(II) FUNDAMENTOS DE DEFESA	1	Segurança e Defesa	12		DAM	85	DAM
	2	Geração de Força e Poder	5		DAM		
	3	Política Nacional de Defesa	3		IDOC (EAD)		
	4	Estratégia Nacional de Defesa	3		IDOC (EAD)		
	5	Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa	1		DAM		
	6	Sistemática de Planejamento Estratégico Militar	1		DAM		
	7	Política Militar de Defesa	1		DAM		
	8	Estratégia Militar de Defesa	1		DAM		
	9	Doutrina Militar de Defesa	3		DAM		
	10	Estrutura Militar de Defesa	1		DAM		
	11	Organização e Estrutura do MD	1		DAM		
	12	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas	2		DAM		
	13	Mobilização militar e Logística militar	8		DAM		
	14	Doutrina e Organização da FA	8		DAM		
	15	Operações Complementares	3		DAM		
	16	Operações Interagências (Op Fronteira)	5		DAM		
	17	Ameaças Complexas	8		DAM		
	18	Defesa Cibernética Operações Conjuntas	5		DAM		
	19	Comando e Controle nas Operações Conjuntas	2		DAM		
	20	Operações de Informação	5		DAM		
	21	Assuntos Cíveis	3		DAM		
	22	Operações Especiais nas Op Conjuntas	3		DAM		
	23	Inteligência nas Op Conjuntas	1		DAM		
(III) PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	1	Direito Internacional dos Conflitos Armados	5		DAM	322	DAM
	2	Organismos Internacionais	3		DAM		
	3	O Brasil e o Contexto Geopolítico	5		DAGRI		
	4	Planejamento Baseado em Capacidades (PBC)	5		IDOC		
	5	Elementos do Processo de Planejamento Cj (P-P-C)	16		IDOC		
	6	Processo de Planejamento Estratégico (PPEC)	21		IDOC		
	7	Inteligência Estratégica	5		DAM		
	8	Comunicação Estratégica	5		DAM		
	9	Tema de Crise Político-Estratégica - Tema I	60		DAM		
	10	Planejamento Etta de Emprego Cj FA Tema II	119		DAM/IDOC		
	11	Planejamento Etta de Emprego Cj FA Tema III	45		DAM		
	12	Experiências Doutrinárias Op Conjuntas	24		DAM		
	13	Ensaio Acadêmico	19		DAM		
Atividade Complementar		Atividade de Estudo Complementar (AEC)	8		TOTAL ATV COMPLEMENTAR	77	
		Estudos e Pesquisas Individuais (EPI)	39				
		Medidas Administrativas	30				
	CARGA HORÁRIA TOTAL- CEMC 2025		77				

Observações:

Carga horária prevista para assuntos da Viagem Nacional

Carga horária prevista para Viagem Internacional

TOTAL	416
	77
	493

APÊNDICE AII

CRONOGRAMA DE ESTUDOS

MÊS	MARÇO		MARÇO	
SEMANA	1		2	
DIA	9	13	16	20
2ª Feira	NSEC		Seg e Def	
	III -9		II - 1	
	III -9		II - 1	
3ª Feira	Poder,Pol		Seg e Def	
	Estr Nac		II - 1	
	I-1, I-2, I-3		II - 1	
4ª Feira	Exp Pol		Seg e Def	
	Exp Psic		II - 1	
	Exp Econ		II - 1	
	I - 4			
5ª Feira	Exp C eT		PND	
	Exp Mil		II - 3	
	I - 4		II - 3	
6ª Feira	Seg e Def	EPI	END	EPI
	II - 1		II-4	
	II - 1		II-4	

MARÇO		MAR/ABR		ABRIL		ABRIL		ABRIL		ABR/MAI		MAIO		MA
2				4		5		6		7		8		9
23	27	30	3	6	10	13	17	20	24	27	1	4	8	11
III -13				Mdd Adm	ASPLAVE	II - 17	II - 17	FERIADO SÃO JORGE		III - 9	III - 9	Mob e Log	II - 13	III - 6
III -13				Mdd Adm	Apres	II - 17	II - 17			III - 9	III - 9	II - 13	II - 13	III - 6
III -13				Mdd Adm	Cmt	II - 17	II - 17			III - 9	III - 9	II - 13	II - 13	III - 6
				Mdd Adm		II - 17				III - 9		II - 13		III - 6
NSEC				IDOC	ASPLAVE	II - 5	II - 9	FERIADO TIRADENTES		III - 9	III - 9	III - 4	III - 5	III - 6
III -9				Aula	ASPLAVE	II - 6	II - 9			III - 9	III - 9	III - 4	III - 5	III - 6
III -9				II-11 II-12	ASPLAVE	II - 7	II - 9			III - 9	III - 9	III - 4	III - 5	III - 6
				Inaug		II - 8				III - 9		III - 4		III - 6
III -9				Ger For	III - 13	II - 14	II - 14	III - 8	III - 9	III - 9	III - 9	III - 5	III - 5	III - 10
III -9				II - 2	III - 13	II - 14	II - 14	III - 8	III - 9	III - 9	III - 9	III - 5	III - 5	III - 10
III -9				II - 2	II - 10	II - 14	II - 14	III - 8	III - 9	III - 9	III - 9	III - 5	III - 5	III - 10
				Poder		II - 14		III - 8		III - 9		III - 5		III - 10
III -9		AEC	EPI	III - 3	III - 2	II - 18	II - 15	III - 9	III - 9	III - 9	III - 9	III - 5	III - 6	III - 10
III -9				III - 3	III - 2	II - 18	II - 15	III - 9	III - 9	III - 9	III - 9	III - 5	III - 6	III - 10
III -9				III - 3	III - 2	II - 18	III - 13	III - 9	III - 9	III - 9	III - 9	III - 5	III - 6	III - 10
			III - 3		II - 18		III - 9		III - 9		III - 5		III - 10	
III -9	EPI	FERIADO SEMANA SANTA		III - 7	EPI	III - 1	EPI		EPI	FERIADO TRABALHO		III - 6	EPI	III - 10
III -9				III - 7		III - 1						III - 6		III - 10
III -9				III - 7		III - 1						III - 6		III - 10
					III - 7		III - 1		III - 9				III - 6	

IO	MAIO		MAIO		JUNHO		JUNHO		JUNHO		JUNHO	
	10		11		12		13		14		15	
15	18	22	25	29	1	5	8	12	15	19	22	26
III - 6	III - 10	III - 10	III - 10	III - 10	III - 10	III - 10	VG CEMC		III - 11	III - 11	III - 12	III - 12
III - 6	III - 10	III - 10	III - 10	III - 10	III - 10	III - 10			III - 11	III - 11	III - 12	III - 12
III - 6	III - 10	III - 10	III - 10	III - 10	III - 10	III - 10			III - 11	III - 11	III - 12	III - 12
	III - 10		III - 10		III - 10				III - 11		III - 12	
III - 10	III - 10	III - 10	III - 10	III - 10	III - 10	III - 10			II - 20	II - 21	III - 12	III - 12
III - 10	III - 10	III - 10	III - 10	III - 10	III - 10	III - 10			II - 20	II - 21	III - 12	III - 12
III - 10	III - 10	III - 10	III - 10	III - 10	III - 10	III - 10			II - 20	II - 21	III - 12	III - 12
	III - 10		III - 10		III - 10				II - 20		III - 12	
III - 10	III - 10	III - 10	III - 10	III - 10	III - 10	III - 10			II - 16	II - 22	III - 12	III - 12
III - 10	III - 10	III - 10	III - 10	III - 10	III - 10	III - 10			II - 16	II - 22	III - 12	III - 12
III - 10	III - 10	III - 10	III - 10	III - 10	III - 10	III - 10			II - 16	II - 22	III - 12	III - 12
	III - 10		III - 10		III - 10				II - 16		III - 12	
III - 10	III - 10	III - 10	III - 10	III - 10	FERIADO CORPUS CHRISTI				III - 13	III - 13	ASPLAVE	Mdd Adm
III - 10	III - 10	III - 10	III - 10	III - 10					III - 13	III - 13	ASPLAVE	Mdd Adm
III - 10	III - 10	III - 10	III - 10	III - 10			III - 13	III - 13	ASPLAVE	Mdd Adm		
	III - 10		III - 10				III - 13		ASPLAVE			
EPI	III - 10	EPI	III - 10	EPI	AEC	EPI			III - 13	EPI	Form	Disp Cmt
	III - 10		III - 10						III - 13		Form	Disp Cmt
	III - 10		III - 10						III - 13		Form	Disp Cmt
	III - 10		III - 10				III - 13		Form			

APÊNDICE AIII

PLANO DE DISCIPLINAS

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
PLADIS DO CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO – DISCIPLINA I

DISCIPLINA		I – PODER NACIONAL		Cg H Total: 9 h
COMPETÊNCIA PRINCIPAL: Desempenhar as funções de Oficial do Estado-Maior em Operações Conjuntas.				
UNIDADE DE COMPETÊNCIA: Assessorar autoridades civis e militares nos níveis político e estratégico, visando as operações conjuntas.				
ELEMENTOS DE COMPETÊNCIA: Realizar estudos considerando os Fundamentos da Defesa no planejamento estratégico.				
CONTEÚDO: FUNDAMENTOS DO PODER NACIONAL		Cg H:	EIXO TRANSVERSAL	PADRÃO DE DESEMPENHO
ASSUNTOS				
1.1. Poder Nacional - Conceito, características e estrutura. - Expressões do Poder Nacional: Política, Econômica, Científico-Tecnológica, Psicossocial e Militar. - Potencial e aplicação do Poder Nacional.		1 (EAD)	Análise Integração Liderança Estratégica Coerência Autoaperfeiçoamento	Identificar o Poder Nacional como instrumento de que dispõe a Nação para a execução da Estratégia Nacional, com vistas à consecução da Política Nacional.
1.2. Política Nacional - Conceito e papel na definição dos Objetivos Nacionais. - Relação entre Política, Poder e Ética. - Política Nacional, de Estado e de Governo.		1 (EAD)		Compreender o conceito de Política Nacional como diretriz definidora de medidas e ações a serem implementadas pelo Poder Nacional, visando alcançar os Objetivos Nacionais estabelecidos; e Caracterizar a Política Nacional como instrumento orientador da aplicação do Poder Nacional na busca dos interesses expressos nos Objetivos Nacionais.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
PLADIS DO CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO – DISCIPLINA I

1.3. Estratégia Nacional - Conceituação e relação com a Política Nacional. - Estratégias de Estado, de Governo e Setoriais. - Inter-relações entre Política, Estratégia e Poder.	1 (EAD)	Análise Integração Liderança Estratégica Coerência Autoaperfeiçoamento	Compreender o conceito de Estratégia Nacional e sua utilização na aplicação do Poder Nacional, para alcançar e preservar os Objetivos Nacionais.
1.4. Expressões do Poder Nacional - Elementos e interação entre as expressões. - Exemplos históricos e contemporâneos. - A dimensão militar como expressão da Defesa Nacional.	6 (EAD)		Identificar o conceito das Expressões Política, Econômica, técnico-científica, Psicossocial e Militar do Poder Nacional e os principais aspectos pelas quais elas se manifestam.
ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS			
1. Objetivos da Aprendizagem - Identificar e compreender os conceitos fundamentais do Poder Nacional e suas expressões. (CONCEITUAL) - Analisar criticamente a interdependência entre Política, Estratégia e Poder Nacional. (CONCEITUAL) - Participar ativamente das discussões, integrando perspectivas teóricas e práticas. (ATITUDINAL) - Relacionar o papel das Forças Armadas na aplicação do Poder Nacional. (CONCEITUAL) 2. Procedimentos Didáticos - Comuns a todos os assuntos; - Exposições dialogadas e estudos de caso. - Leitura dirigida e análise de documentos de defesa (PND, END, LBDN). - Debates orientados sobre temas contemporâneos do Poder Nacional. - Trabalho integrador envolvendo aplicação prática dos conceitos.			

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
PLADIS DO CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO – DISCIPLINA I

3. Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de forma diagnóstica e somativa, por meio de:

- Participação e contribuições nas discussões e atividades em grupo.
- Elaboração de trabalho integrador escrito.
- Apresentação oral dos resultados do trabalho de grupo.

Critérios: clareza conceitual, capacidade de análise, coerência, aplicação dos conceitos e visão integrada do Poder Nacional.

4. Indicações Básicas de Segurança na Atividade

Não é o caso.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

- BRASIL. Política Nacional de Defesa. Congresso Nacional. Brasília, 2020.
- BRASIL. Estratégia Nacional de Defesa. Congresso Nacional. Brasília, 2020.
- BRASIL. Livro Branco de Defesa Nacional. Congresso Nacional. Brasília, 2020.
- ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Manual de Fundamentos do Poder Nacional. ESG, Rio de Janeiro, 2024.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

- COUTO E SILVA, Golbery do. Geopolítica e Poder. Rio de Janeiro: UniverCidade Editora, 2003.
- MATTOS, Carlos de Meira. Geopolítica e Modernidade: geopolítica brasileira. Rio de Janeiro: Bibliex, 2002.
- MORGENTHAU, Hans J. A Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz. Brasília: UnB, 2003.
- KAPLAN, Robert D. A revanche da geografia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- ARON, Raymond. Paz e guerra entre as nações. Brasília: Editora UnB, 2002.
- GÓES, Guilherme Sandoval; MASSERA, Héctor Villagra. Brasil e Chile: posição geopolítica no contexto mundial contemporâneo. Rio de Janeiro: ESG/ANEPE, 2015.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
PLADIS DO CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO – DISCIPLINA II

DISCIPLINA	II – FUNDAMENTOS DE DEFESA			Cg H Total: 85 h
COMPETÊNCIA PRINCIPAL: Desempenhar as funções de Oficial do Estado-Maior em Operações Conjuntas, Interagências e Combinadas, bem como integrar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas no Ministério da Defesa.				
UNIDADE DE COMPETÊNCIA: Compreender e analisar criticamente a Expressão Militar do Poder Nacional como instrumento da soberania e da defesa do Estado Planejar e conduzir Operações Conjuntas, Interagências e Combinadas.				
ELEMENTOS DE COMPETÊNCIA: Identificar a estrutura e os principais documentos da Defesa Nacional. Compreender o papel do Ministério da Defesa e do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. Interpretar os fundamentos doutrinários da Política e Estratégia Nacionais de Defesa. Avaliar o emprego conjunto das Forças Armadas em operações militares, interações e GLO. Aplicar os princípios da mobilização, logística e comando e controle no contexto da defesa. Integrar a dimensão cibernética, de informação e de inteligência à condução das operações conjuntas e combinadas. Avaliar criticamente a capacidade da Expressão Militar do Poder de enfrentar as Ameaças Complexas da atualidade – o Terrorismo, o Crime Transnacional e toda forma híbrida de ameaça.				
CONTEÚDO: FUNDAMENTOS DE DEFESA		Cg H:	EIXO TRANSVERSAL	PADRÃO DE DESEMPENHO
ASSUNTOS				
2.1. Segurança e Defesa Nacional - Conceito de Segurança e Defesa Nacionais; - Níveis de Segurança; - Segurança e Defesa Nacionais; - Segurança e Defesa Públicas; - Inter-relações entre Desenvolvimento, Segurança e Defesa.		12 (EAD)	Cooperação Decisão Análise Planejamento Flexibilidade Aprimoramento Técnico-Profissional.	Compreender os conceitos de Segurança e de Defesa Nacionais e as suas relações com o Poder e com o Desenvolvimento Nacional.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
PLADIS DO CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO – DISCIPLINA II

2.2. Expressão Militar, Geração de Poder e de Força - Poder: relações; fontes; formas; tipos; instrumentos; - Leis do Poder; Centros de Poder; - Conceitos, fundamentos e fatores da geração de força; funções e estruturas do sistema de defesa, instrumentos do Poder (DIME – Diplomacia, Informacional, Militar e Economia)	5 (P/D)		Reconhecer a Expressão Militar como um dos instrumentos do Poder Nacional. Articular fundamentos teóricos, jurídicos e estratégicos sobre o fenômeno guerra e o emprego da Expressão Militar, aplicando-os na análise crítica de cenários e na formulação de propostas para o fortalecimento da defesa e da soberania nacional. Identificar fundamentos constitucionais e legais do emprego militar.
2.3. Política Nacional de Defesa - O contexto da PND: Fundamentos, o ambiente nacional e o ambiente internacional; - Concepção da Política Nacional de Defesa; - Objetivos Nacionais de Defesa.	3 (EAD)	Cooperação Decisão Análise Planejamento Flexibilidade Aprimoramento Técnico-Profissional Liderança Estratégica	Conhecer os fundamentos da Política Nacional de Defesa.
2.4. Estratégia Nacional de Defesa - Concepção estratégica de defesa; - Fundamentos (Poder Nacional, ações de diplomacia e setor de defesa); - Estratégias e ações estratégicas de defesa.	3 (EAD)		Conhecer a Estratégia Nacional de Defesa.
2.5. Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa (SISPED) - Finalidade e estrutura. - Integração com a PND, END e PPA.	1 (C/D)		Identificar as etapas do planejamento.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
PLADIS DO CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO – DISCIPLINA II

- Etapas e responsabilidades no MD.			
2.6. Sistemática de Planejamento Estratégico Militar (SPEM) - Conceito e relação com o SISPED. - Fases do planejamento militar. - Documentos resultantes (PMD e EMD).	1 (C/D)		Conhecer a Sistemática de Planejamento Estratégico Militar (SPEM)
2.7. Política Militar de Defesa - Identificação de cenários; - A inserção internacional brasileira e as Forças Armadas; - Objetivos militares de defesa; - Diretrizes militares de defesa.	1 (C/D)	Cooperação Decisão Análise Planejamento Flexibilidade Aprimoramento Técnico-Profissional.	Identificar os fundamentos da Política Militar de Defesa.
2.8. Estratégia Militar de Defesa - Concepção estratégico-militar; - Hipóteses de emprego; - Capacidades e ações estratégicas.	1 (C/D)		Identificar os componentes da Estratégia Militar de Defesa.
2.9. Doutrina Militar de Defesa - Correlação entre Poder Nacional, Segurança e Defesa nacionais; - Conceitos: Espectro dos Conflitos; Estrutura de Manobra de Crise; - Emprego do Poder Militar e Emprego das Forças Armadas.	3 (C/D)		Identificar os fundamentos da Doutrina Militar de Defesa.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
PLADIS DO CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO – DISCIPLINA II

2.10. Estrutura Militar de Defesa - Composição e hierarquia; - Órgãos integrantes e suas competências; - Conselho Militar de Defesa e EMCFA; - Comandos Operacionais;	1 (C/D)	Cooperação Decisão Análise Planejamento Flexibilidade Aprimoramento Técnico-Profissional.	Identificar e descrever os fundamentos da Estrutura Militar de Defesa.
2.11. Organização e estrutura do MD - Considerações gerais; fundamentação legal; - Organograma, competências e atribuições.	1 (C/D)		Identificar a estrutura funcional do MD.
2.12. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - Considerações gerais; - Organograma do EMCFA; - Competências e atribuições.	2 (C/D)		Identificar a estrutura funcional do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA)
2.13. Mobilização Militar e Logística Militar - Aspectos históricos; Marco legal e doutrinário; Mobilização e Desmobilização Nacionais; - Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB); Ciclo de planejamento; - Atividades e atribuições do Centro de Coordenação de Logística e Mobilização (CCLM) nas OpCj; - Planejamento da logística nas OpCj em todos os níveis de planejamento; - Modelo do Anexo “C” (Logística) ao PEECFA.	8 (C/D)		Conhecer o que seja Mobilização, apresentar as suas características e as suas fases, bem como sua importância para a Defesa Nacional. Identificar a Política Logística de Defesa (PLD) e a Doutrina de Logística Militar. Conhecer os principais conceitos, fundamentos doutrinários e estrutura de logística nas Operações Conjuntas.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
PLADIS DO CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO – DISCIPLINA II

2.14. Doutrina e Organização das FA - Missão, estrutura, possibilidades e limitações de cada Força; - Participação como Forças Componentes nas Operações Conjuntas; - Organização das Forças Componentes, doutrinas de emprego, possibilidades, capacidades e especificidades.	8 (C/D)	Cooperação Decisão Análise Planejamento Flexibilidade Aprimoramento Técnico-Profissional.	Conhecer a doutrina básica e a organização de cada FA. Conhecer a Organização das Forças Componentes, suas respectivas doutrinas de emprego, possibilidades, capacidades e especificidades.
2.15. Operações Complementares - Preceitos legais e diretrizes presidenciais e ministeriais; preceitos doutrinários; - Sistemática de acionamento; - Aspectos do emprego; - Emprego Conjunto e Estado-Maior Conjunto; estruturas, formas de emprego e lições aprendidas.	3 (C/D)		Conhecer a doutrina e a sistemática de emprego das FA em Operações Complementares, as peculiaridades e o arcabouço legal destas operações.
2.16. Operações em ambientes de Interagências - Fundamentos; - Coordenações interagências; - Aplicação em Operações Conjuntas.	5 (C/D)		Descrever e identificar os fundamentos doutrinários que orientarão as FA no processo de planejamento, preparo e emprego em Operações Interagências
2.17. Ameaças Complexas - Desafios do Século XXI: Novas formas de conflito; guerra híbrida; limites éticos e legais; integração civil-militar. - Fenomenologia do Terrorismo: Conceitos, origens, principais grupos, aspectos legais nacionais e internacionais, pontos de contato com o Crime Transnacional, Marco legal (Lei nº 13.260/2016).	8 (C/D)		Analisar as ameaças complexas da atualidade sob uma perspectiva estratégica e jurídica. Compreender os fundamentos conceituais e legais do terrorismo,

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
PLADIS DO CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO – DISCIPLINA II

- Atuação das Forças Armadas e cooperação interagências.			avaliando seus impactos sobre a segurança e a defesa nacionais.
2.18. Defesa Cibernética nas Operações Conjuntas - Conceitos de Segurança, Defesa e Guerra Cibernética; Espaço; Ameaça; Artefato; Resiliência; Poder e Risco Cibernético; - Princípios de emprego, características, possibilidades e limitações da Defesa Cibernética; - Formas de atuação e tipos de Ações Cibernéticas; - Sistema Militar de Defesa Cibernética (SMDC); Defesa e Guerra Cibernética nas Operações Conjuntas; - ComDCiber; - Modelo de Roteiro de Análise Operacional de Defesa Cibernética;- Modelo do Anexo “H” (Defesa Cibernética) ao PEECFA.	5 (C/D)	Cooperação Decisão Análise Planejamento Flexibilidade Aprimoramento Técnico-Profissional.	Identificar os principais conceitos e fundamentos da Defesa Cibernética nas Operações Conjuntas.
2.19. Comando e Controle nas Operações Conjuntas - Conceitos básicos, princípios e processos de comando e controle; - Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC2) e seu emprego; - Fluxo e gerenciamento de informações nas Operações Conjuntas; - Operação em Rede; - Modelo do Anexo “B” (Comando e Controle) ao PEECFA.	2 (C/D)		Identificar os principais conceitos, fundamentos, estrutura e atividades do Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC ²), seu emprego e o planejamento do Comando e Controle nas Operações Conjuntas.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
PLADIS DO CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO – DISCIPLINA II

2.20. Operações de Informação nas Operações Conjuntas - Conceitos básicos de OpInfo; - Metodologia de planejamento das OpInfo nas OpCj; - Execução e controle das ações planejadas de OpInfo nas OpCj; - Anexo ao PEECFA (Plano Estratégico de Operações de Informação – PEOI)	5 (C/D)		Identificar os principais conceitos e fundamentos das Operações de Informação (OpInfo) nas Operações Conjuntas.
2.21. Assuntos Cíveis nas Operações Conjuntas - Conceitos e atividades de Assuntos Cíveis; - Possibilidades e limitações das FA nas atividades de Assuntos Cíveis nas OpCj; - Conceito de OM de Assuntos Cíveis e seu emprego nas OpCj; - Parcerias das FA com órgãos governamentais, Organismos Internacionais e ONGs; - Lições aprendidas (operações interagências, missões humanitárias, OpPaz e OpCj); - Anexo ao PEECFA (Plano Estratégico de Assuntos Cíveis – PEAC).	3 (C/D)	Cooperação Decisão Análise Planejamento Flexibilidade Aprimoramento Técnico-Profissional.	Identificar os principais conceitos e fundamentos de Assuntos Cíveis nas Operações Conjuntas.
2.22. Operações Especiais nas Operações Conjuntas - Fundamentos de emprego das forças de operações especiais; - Principais empregos em OpCj; - Atividades de Operações Especiais nas OpCj; - Planejamento conjunto do emprego de forças especiais; - Fundamentos da Força Componente de Operações Especiais nas OpCj.	3 (C/D)		Identificar os principais conceitos e fundamentos das Operações Especiais nas Operações Conjuntas.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
PLADIS DO CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO – DISCIPLINA II

2.23. Inteligência nas Operações Conjuntas - Organização do Sistema de Inteligência: SISBIN; SINDE; SIOP; - A Inteligência nos planejamentos conjuntos (nível estratégico); - Plano de Inteligência de Defesa (PINDE); - Anexo ao PEECFA (Plano Estratégico de Inteligência – PEI).	1 (C/D)	Cooperação Decisão Análise Planejamento Flexibilidade Aprimoramento Técnico-Profissional.	Identificar os princípios e os fundamentos de Inteligência nas Operações Conjuntas.
ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS			
1. Objetivos da Aprendizagem - Identificar e compreender os fundamentos da Defesa Nacional e o papel das Forças Armadas. (CONCEITUAL) - Analisar criticamente os instrumentos e estruturas de Defesa e suas inter-relações. (CONCEITUAL) - Aplicar os conhecimentos doutrinários e legais em estudos de caso sobre emprego conjunto. (PROCEDIMENTAL) - Participar de debates e simulações de planejamento estratégico e operacional. (ATITUDINAL) 2. Procedimentos Didáticos - Comuns a todos os assuntos; - Exposições dialogadas e seminários temáticos. - Leitura e discussão de documentos oficiais (PND, END, LBDN, SPEM). - Estudos de caso sobre operações reais e simulações de emprego conjunto. - Trabalho integrador com aplicação prática dos conceitos doutrinários e normativos.			

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
PLADIS DO CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO – DISCIPLINA II

3. Avaliação da Aprendizagem

- A avaliação ocorrerá de forma contínua, por meio de participação em atividades presenciais e a distância, trabalhos individuais e em grupo, apresentações orais e escritas sobre estudos de caso, e aplicação dos conceitos em simulações.
- Critérios: clareza conceitual, capacidade de análise e integração, coerência doutrinária e aplicação prática dos conhecimentos.

4. Indicações Básicas de Segurança na Atividade

Não é o caso.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

- BRASIL. Política Nacional de Defesa (PND). Brasília: Ministério da Defesa, 2020.
- BRASIL. Estratégia Nacional de Defesa (END). Brasília: Ministério da Defesa, 2020.
- BRASIL. Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN). Brasília: Ministério da Defesa, 2020.
- BRASIL. Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e alterações pelas LC nº 117/2004 e nº 136/2010.
- BRASIL. Decreto nº 3.897, de 16 de agosto de 2001. Fixa as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da Ordem e dá outras providências. Brasília. DF, 2001.
- BRASIL. Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016 — Define crimes de terrorismo e dispõe sobre investigação e cooperação entre órgãos.
- BRASIL. Decreto nº 7.276, de 25 de agosto de 2010 — Aprova a Estrutura Militar de Defesa.
- BRASIL. Portarias Normativas GM-MD nº 23 a 26, de 15 e 16 de abril de 2019 — Planejamento Baseado em Capacidades (PBC).
- BRASIL. Decreto nº 11.405, de 21 de fevereiro de 2023 — Política Nacional de Segurança Cibernética (PNSC).
- MINISTÉRIO DA DEFESA. Doutrina Militar de Defesa (MD-51-M-04). Brasília, 2007.
- MINISTÉRIO DA DEFESA. Sistemática de Planejamento Estratégico Militar (MD-51-M-01). 2ª ed. Brasília, 2018.
- MINISTÉRIO DA DEFESA. Manual de Operações Conjuntas (MD-33-M-01). 3ª ed. Brasília, 2019.
- MINISTÉRIO DA DEFESA. Manual de Garantia da Lei e da Ordem (MD-33-M-10). 2ª ed. Brasília, 2014.
- MINISTÉRIO DA DEFESA. Manual de Operações Interagências (MD-33-M-12). Brasília, 2012.
- MINISTÉRIO DA DEFESA. Manual de Operações de Informação (MD-33-M-13). Brasília, 2019.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
PLADIS DO CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO – DISCIPLINA II

- MINISTÉRIO DA DEFESA. Manual de Defesa Cibernética (MD-33-M-17). Brasília, 2023.
- MINISTÉRIO DA DEFESA. Manual de Inteligência Militar (MD-33-M-20). Brasília, 2021.
- MINISTÉRIO DA DEFESA. Manual de Assuntos Civis nas Operações Conjuntas (MD-33-M-22). Brasília, 2020.
- MINISTÉRIO DA DEFESA. Manual de Operações Especiais (MD-33-M-09). Brasília, 2018.
- MINISTÉRIO DA DEFESA. Guia do Planejamento Baseado em Capacidades (PBC). v.23. Brasília, 2022.
- MINISTÉRIO DA DEFESA. Manual de Emprego do Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA) nas Forças Armadas (MD 34-M-03). Brasília, DF.
- GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL (GSI/PR). Política Nacional de Segurança da Informação (PNSI). Brasília, 2019.
- ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Manual de Fundamentos da Defesa Nacional. Rio de Janeiro: ESG, 2023.
- ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Estudos de Defesa Cibernética e Operações de Informação. Rio de Janeiro: ESG, 2022.
- CENTRO DE DEFESA CIBERNÉTICA (CDCiber). Relatório Anual de Defesa Cibernética. Brasília, 2024.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- COUTO E SILVA, Golbery do. Geopolítica e Poder. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2003.
- MATTOS, Carlos de Meira. Geopolítica e Modernidade. Rio de Janeiro: Bibliex, 2002.
- GRAY, Colin S. Modern Strategy. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- NYE, Joseph S. O futuro do poder. São Paulo: Benvirá, 2011.
- COMITÉ INTERNACIONAL DE LA CRUZ ROJA. Derecho Internacional Relativo a La Conducción de las Hostilidades: compilación de convênios de La Haya y de algunos otros instrumentos jurídicos. Ginebra, 1996.
- FUNES, José Luis Fernandes Flores. El Derecho de los Conflictos Armados. Espanha. Ministerio de La Defensa, 2001.
- MULINEN, Frederic. El Derecho de La Guerra y Las Fuerzas Armadas. Ginebra: Instituto Henry-Dunant, 1993.
- SWINARSKI, Christophe. A norma e a guerra, Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, Editor – sete Mares Editora, 1991.
- Introdução ao Direito Internacional Humanitário. Brasília. 1997.
- ALLISON, Graham. Destined for War: Can America and China Escape Thucydides's Trap? New York: Houghton Mifflin Harcourt, 2017.
- GILPIN, Robert. War and Change in World Politics. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- KEHOANE, Robert. Instituciones internacionales y poder estatal. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1993.
- FUNES, José Luis F. F. El Derecho de los Conflictos Armados. Madrid: Ministerio de la Defensa, 2001.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
PLADIS DO CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO – DISCIPLINA III

DISCIPLINA	III – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL CONJUNTO		Cg H Total: 322 h
COMPETÊNCIA PRINCIPAL: Desempenhar as funções de Oficial do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas no âmbito do MD.			
UNIDADE DE COMPETÊNCIA: Analisar, assessorar, planejar e conduzir com visão estratégica e multidimensional do Poder Nacional as Op Cj nos níveis político e estratégico.			
ELEMENTOS DE COMPETÊNCIA: Aplicar os fundamentos doutrinários e normativos das Operações Conjuntas. Empregar ferramentas de planejamento estratégico e operacional conjunto. Compreender e aplicar metodologias do PPEC e correlatas. Integrar logística, inteligência, defesa cibernética, comunicação estratégica e geopolítica ao planejamento conjunto. Conduzir análises de crises e elaborar produtos estratégicos dos níveis político e estratégico.			
CONTEÚDO: PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	Cg H:	EIXO TRANSVERSAL	PADRÃO DE DESEMPENHO
ASSUNTOS			
3.1. Direito Internacional dos Conflitos Armados - Princípios: Distinção, Limitação, Proporcionalidade, Necessidade Militar e Humanidade. - Aplicações do DICA no emprego das Forças Armadas. - Implicações para planejamentos estratégicos e operacionais. - Regras de Engajamento e conformidade jurídica.	5 (C/D)	Cooperação Decisão Análise Planejamento Flexibilidade	Identificar os princípios do DICA e sua aplicação ao emprego das FA em operações conjuntas.
3.2. Organismos Internacionais - Cooperação e integração internacional. - Estruturas e funções dos principais organismos: ONU, OEA, OTAN, OTCA. - Arranjos multilaterais regionais.	3 (EAD)	Aprimoramento Técnico-Profissional.	Examinar arranjos multilaterais de cooperação e seus impactos estratégicos.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
PLADIS DO CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO – DISCIPLINA III

- Influência na segurança internacional e no planejamento estratégico.			
3.3. O Brasil e o Contexto Geopolítico - Tendências da geopolítica global. - Multipolaridade e rearranjos do poder mundial. - Grandes Estratégias das potências globais. - Implicações geoestratégicas para o Brasil.	5 (P/D)		Analisar o ambiente conjuntural global e a evolução das grandes estratégias.
3.4. Planejamento Baseado em Capacidades (PBC) - Fundamentos, conceitos e propósito do PBC. - Relações entre PBC, SPEM e Doutrina de Operações Conjuntas. - Configuração Estratégica e Configuração de Forças. - Processos, metodologia e produtos do PBC.	5 (P/D)	Cooperação Decisão Análise Planejamento Flexibilidade Aprimoramento Técnico-Profissional.	Conhecer fundamentos, metodologia e relações entre PBC, SPEM e OpCj.
3.5. Ferramentas do Processo de Planejamento Conjunto (PPC) aplicadas ao Processo de Planejamento Estratégico Conjunto (PPEC) - Diagrama de Relações. - Matriz de Três Colunas. - Matriz de Gerenciamento do Risco Operacional. - SWOT. - Desenho Operacional. - Centro de Gravidade: método e aplicação. - Indicadores e Medidas no Nível Operacional. - Ferramentas complementares ao PPEC.	16 (P/D/TG/DD)		Empregar ferramentas analíticas no planejamento estratégico conjunto.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
PLADIS DO CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO – DISCIPLINA III

3.6. Processo de Planejamento Estratégico Conjunto (PPEC) - Estrutura, etapas e fundamentos do PPEC. - Elaboração dos documentos estratégicos: - DPED - DMED - DPEM - PEECFA e anexos - Apreciação situacional estratégica. - Integração com a doutrina em vigor.	21 (P/D/TG/DD)	Cooperação Decisão Análise Planejamento Flexibilidade Aprimoramento Técnico- Profissional.	Aplicar metodologia completa do PPEC e elaborar documentos dos níveis político e estratégico.
3.7. Inteligência Estratégica - Conceitos fundamentais e evolução histórica. - Pensamento de diferentes autores. - Arcabouço Legal - Influências morais na atividade. - Limitações, capacidades e emprego estratégico. - A Contra-Inteligência	5 (P/D)		Identificar histórico, conceitos, fundamentos teóricos e limites legais da Inteligência Estratégica. Examinar o papel da Inteligência Estratégica como instrumento de Poder do Estado, com ênfase na defesa e segurança nacional.
3.8. Comunicação Estratégica - Conceitos básicos de Operações de Informação e Comunicação Estratégica. - Diferenças conceituais, legais e de emprego. - Aplicação no nível estratégico e operacional. - Pensamento doutrinário comparado.	5 (C/D)		Identificar os pontos de contato entre as Op Info e a Comunicação Estratégica. Identificar o emprego da Com Ettg como Instrumento de Poder.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
PLADIS DO CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO – DISCIPLINA III

3.9. Tema de Crise Político-Estratégica – Tema I - Conceitos de conflito, crise e conflito armado. - Formas de solução de conflitos. - Hipótese de crise político-estratégica. - Manobra de crise. - Gerenciamento e gabinete de crise. - MACI – Método de Análise de Crise Internacional. - Aspectos relevantes para tomada de decisão em crise.	60 (EAD P/D/TG)		Compreender fundamentos, manobra e gerenciamento de crises político-estratégicas.
3.10. Planejamento Etta de Emprego Cj FA – Tema II - Elaboração dos documentos estratégicos: - DPED, DMED, DPEM, PEECFA - Exame de Situação Estratégico - Apresentação a oficiais-generais do EMCFA. - Ajustes doutrinários mediante Problema Político Simulado (PPS). - Atualização da documentação estratégica.	119 (TG/DD)	Cooperação Decisão Análise Planejamento Flexibilidade Aprimoramento Técnico-Profissional.	Elaborar DPED, DMED, DPEM e PEECFA; Atualizar documentos mediante PPS.
3.11. Planejamento Etta de Emprego Cj FA – Tema III - Elaboração dos documentos estratégicos: - DPED, DMED, DPEM, PEECFA - Exame de Situação Estratégico - Ajustes doutrinários mediante Problema Político Simulado (PPS). - Atualização da documentação estratégica.	45 (TG/DD)		Elaborar DPED, DMED, DPEM e PEECFA; Atualizar documentos mediante PPS.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
PLADIS DO CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO – DISCIPLINA III

3.11. Experiências Doutrinárias de Operações Conjuntas - Funções da CIDOC e da ADL no processo doutrinário conjunto. - Procedimentos de atualização e consolidação da Doutrina de Operações Conjuntas. - Análise de temas doutrinários propostos pelo EMCFA. - Participação dos estagiários em seminário interforças e produção de subsídios doutrinários.	24 (P/D/TG/DD)		Demonstrar capacidade de análise crítica e cooperação na discussão de temas doutrinários propostos pelo EMCFA. Contribuir de forma objetiva para a consolidação e aperfeiçoamento da Doutrina de Operações Conjuntas.
3.12. Ensaio Acadêmico - Metodologia de elaboração de ensaios acadêmicos. - Estrutura argumentativa: tese, desenvolvimento, evidências e conclusão. - Uso de referências doutrinárias e bibliográficas conforme normas da ESG. - Aplicação de conceitos estratégicos e doutrinários na produção do ensaio.	19 (P/TG)		Demonstrar capacidade de organizar argumentos de forma clara, coerente e fundamentada na elaboração de um ensaio acadêmico. Aplicar conceitos doutrinários e estratégicos pertinentes, utilizando referências adequadas e rigor metodológico.
ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS			
1. Objetivos da Aprendizagem - Compreender e aplicar os fundamentos doutrinários, legais e normativos que orientam o Planejamento Estratégico e Operacional Conjunto, com foco no PPEC, PPC e PBC. (CONCEITUAL) - Analisar criticamente cenários estratégicos, documentos do nível político-estratégico (DPED, DMED, DPEM, PEECFA) e situações de crise com base em métodos reconhecidos (MACI, COG, SWOT, etc.). (CONCEITUAL / PROCEDIMENTAL) - Empregar ferramentas analíticas e metodológicas (PPC, PPEC, PBC) na elaboração de produtos estratégicos, trabalhos de grupo e exercícios simulados (AZUVER e MERIDIONAL). (PROCEDIMENTAL)			

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
PLADIS DO CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO – DISCIPLINA III

- Integrar conhecimentos interdisciplinares de geopolítica, inteligência, defesa cibernética e comunicação estratégica às atividades de planejamento. (CONCEITUAL / ATITUDINAL)
- Participar de debates, seminários doutrinários e atividades integradoras, desenvolvendo competências de cooperação, decisão e flexibilidade no ambiente interforças. (ATITUDINAL)

2. Procedimentos Didáticos

- Exposições dialogadas sobre doutrina, geopolítica, PBC, PPEC, ferramentas de planejamento e temas estratégicos.
- Aulas expositivas e debates temáticos sobre DICA, organismos internacionais, comunicação estratégica e inteligência.
- Estudos de caso e simulações envolvendo crises político-estratégicas, análise de cenários, documentação estratégica e emprego conjunto.
- Trabalhos de grupo (TG) para aplicação de ferramentas do PPC e elaboração de documentos do PPEC.
- Dinâmicas práticas com uso de matrizes analíticas, diagramas, COG, MACI e outros instrumentos doutrinários.
- Participação em seminário doutrinário (CIDOC/ADL) com análise crítica e produção de subsídios para atualização da Doutrina de Operações Conjuntas.
- Orientações para elaboração de ensaio acadêmico, com foco em argumentação, rigor metodológico e aplicação de conceitos estratégicos.
- Utilização de material complementar: manuais do MD, normas estratégicas, estudos internacionais e publicações acadêmicas.

3. Avaliação da Aprendizagem

- A avaliação será contínua e integrada, considerando:
 - participação em atividades presenciais e EAD;
 - desempenho em trabalhos individuais e de grupo;
 - aplicação de ferramentas analíticas e metodológicas;
 - elaboração de documentos estratégicos (DPED, DMED, DPEM, PEECFA);
 - produção do ensaio acadêmico;
 - participação no seminário doutrinário;
 - soluções apresentadas nos exercícios AZUVER e MERIDIONAL.
- Critérios principais: profundidade analítica, coerência doutrinária, capacidade de integração de conteúdos, clareza na expressão e rigor metodológico.

4. Indicações Básicas de Segurança na Atividade

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
PLADIS DO CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO – DISCIPLINA III

Não é o caso.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

- BRASIL. Política Nacional de Defesa (PND). Brasília: Ministério da Defesa, 2025.
- BRASIL. Estratégia Nacional de Defesa (END). Brasília: Ministério da Defesa, 2025.
- BRASIL. Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN). Brasília: Ministério da Defesa, 2025.
- BRASIL. Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e alterações pelas LC nº 117/2004 e nº 136/2010.
- BRASIL. Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016 — Define crimes de terrorismo e dispõe sobre investigação e cooperação entre órgãos.
- BRASIL. Decreto nº 7.276, de 25 de agosto de 2010 — Aprova a Estrutura Militar de Defesa.
- BRASIL. Portarias Normativas GM-MD nº 23 a 26, de 15 e 16 de abril de 2019 — Planejamento Baseado em Capacidades (PBC).
- BRASIL. Decreto nº 11.405, de 21 de fevereiro de 2023 — Política Nacional de Segurança Cibernética (PNSC).
- MINISTÉRIO DA DEFESA. Doutrina Militar de Defesa (MD-51-M-04). Brasília, 2007.
- MINISTÉRIO DA DEFESA. Sistemática de Planejamento Estratégico Militar (MD-51-M-01). 2ª ed. Brasília, 2018.
- MINISTÉRIO DA DEFESA. Manual de Operações Conjuntas (MD-33-M-01). 3ª ed. Brasília, 2019.
- MINISTÉRIO DA DEFESA. Manual de Garantia da Lei e da Ordem (MD-33-M-10). 2ª ed. Brasília, 2014.
- MINISTÉRIO DA DEFESA. Manual de Operações Interagências (MD-33-M-12). Brasília, 2012.
- MINISTÉRIO DA DEFESA. Manual de Operações de Informação (MD-33-M-13). Brasília, 2019.
- MINISTÉRIO DA DEFESA. Manual de Defesa Cibernética (MD-33-M-17). Brasília, 2023.
- MINISTÉRIO DA DEFESA. Manual de Inteligência Militar (MD-33-M-20). Brasília, 2021.
- MINISTÉRIO DA DEFESA. Manual de Assuntos Cíveis nas Operações Conjuntas (MD-33-M-22). Brasília, 2020.
- MINISTÉRIO DA DEFESA. Manual de Operações Especiais (MD-33-M-09). Brasília, 2018.
- MINISTÉRIO DA DEFESA. Guia do Planejamento Baseado em Capacidades (PBC). v.23. Brasília, 2022.
- GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL (GSI/PR). Política Nacional de Segurança da Informação (PNSI). Brasília, 2019.
- ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Manual de Fundamentos da Defesa Nacional. Rio de Janeiro: ESG, 2023.
- ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Estudos de Defesa Cibernética e Operações de Informação. Rio de Janeiro: ESG, 2022.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
PLADIS DO CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO – DISCIPLINA III

- CENTRO DE DEFESA CIBERNÉTICA (CDCiber). Relatório Anual de Defesa Cibernética. Brasília, 2024.

REFERÊNCIAS TEÓRICAS E ACADÊMICAS

- COUTO E SILVA, Golbery do. Geopolítica e Poder. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2003.
- MATTOS, Carlos de Meira. Geopolítica e Modernidade. Rio de Janeiro: Bibliex, 2002.
- GRAY, Colin S. Modern Strategy. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- NYE, Joseph S. O futuro do poder. São Paulo: Benvirá, 2011.